

O PROCESSO DE DESTERRITORIALIZAÇÃO DO CORPO DÓCIL: O acesso a cidade pelos conjuntos habitacionais

Lúcio Paulo Alves Pires

Universidade Estadual de Maringá - UEM - Programa de Pós-graduação de Administração

lucpaulo@hotmail.com

William Antonio Borges

Universidade Estadual de Maringá - UEM - Programa de Pós-graduação de Administração

willbillborges@gmail.com

RESUMO

O território urbano é produto de agentes transformadores de espaço, porém antes até do que traduzir “o que é” ou o “ser” do território, trata-se de discutir seu Devir, isto é, em que problemáticas nos envolvemos e o que efetivamente fazemos ao acionarmos e/ou ao produzirmos nossas concepções de território (Haesbaert, 2009). O objetivo desse artigo é trazer questionamentos sobre a produção da cidade na dimensão do processo de (des)reterritorialização acionado pela força intencional da financeirização do território por meio de um estudo empírico junto a residentes de conjuntos habitacionais. Realizada uma apresentação teórica buscando definir e discutir o conceito de território, como destacar ainda diferentes interpretações que podem ser dadas para o termo pela corrente epistemológica de Foucault, e de Deleuze e Guattari, determinando desterritorialização do corpo dócil.

Palavras-chaves: Espaço; Cidade; Território; Desterritorialização.

INTRODUÇÃO

O território é produzido por atores através da energia e da informação, ou seja, da efetivação, no espaço das redes de circulação-comunicação, das relações de poder (ações políticas), das atividades produtivas, das representações simbólicas e das malhas. É o lugar de todas as relações, trunfo, espaço político onde há coesão, hierarquia e integração através do sistema territorial. O território é resultado das territorialidades efetivadas pelos homens, naquilo que Raffestin (1993/1980) denomina de conjunto de relações do sistema tridimensional sociedade-espaço-tempo. As cidades são, por excelência, territórios privilegiados também de grupos que buscam efetivar estratégias territoriais que contribuam para melhorar a vida das populações. Dentro do cenário moderno capitalista, Carlos (2007) e Santos (1993) retratam as cidades capitalistas modernas, marcadas por tensões, conflitos, disputas, produtoras de diferenciações e demarcações territoriais de classes que impetram agregações, coesões e segregações balizadoras da vida das populações na realização cotidiana da dialética espaço-sociedade.

Na transformação da sociedade urbana em meio dos planos de formulação territorial do espaço social na manutenção do capital financeiro retratado por David Harvey (1973), o qual argumenta em favor da justiça social, da transformação do espaço e da sociedade considerando o movimento relacional e histórico numa concepção materialista e dialética. Os conflitos urbanos como novas formas de renovação do ciclo do capital transformam espaços urbanos em “espaços sociais”, causam a homogeneização de um território alienado e hierarquizado pelo capitalismo, contemplando o espaço urbano encerrado à uma concepção criadora. Na manutenção do circuito da captura funcionando, pelo qual o virtual (imagético) guiaria as pessoas às dívidas, sendo uma das armadilhas que enredam a vida representada, produtora do capitalismo. O qual libertador dos fluxos do desejo, mas nas condições sociais que definem o seu limite e a possibilidade da sua própria dissolução; de modo que ele não para de contrariar com todas as suas forças exasperadas o movimento que impele para este limite. No limite do capitalismo, o socius desterritorializado dá lugar ao corpo sem órgãos, e os fluxos descodificados se lançam na produção desejante (Deleuze e Guattari, 2010, p. 185).

Nesse sentido, o objetivo desse artigo é trazer questionamentos sobre a produção da cidade na dimensão do processo de (des)reterritorialização acionado pela força intencional da financeirização do território. Questionando os programas de habitações de políticas públicas

desenvolvidas pelo governo, na ativação dos pensamentos para o sentido da vida em sua potência criadora, do devir.

Por meio de uma esquisso-análise da (des)reterritorialização da vida urbana dos moradores de conjuntos habitacionais sobre as inquietações ao acesso a cidade. As mudanças na vida dessas mesmas durante e após o descolamento de suas moradias, demonstrado na contradição de espaços urbanos por meio de análises fotográficas de diferentes regiões urbanas e na percepção do lugar de fala dos mesmos. Visualizando a cidade e suas multidimensionalidades territoriais dentro das normas de planejamento urbano (Rolnik, 2015) e políticas públicas habitacionais.

2.PROCEDIMENTOS METODOLOGICOS

O construcionismo social é uma base epistemológica que orienta uma abordagem qualitativa de pesquisa; Em vez de buscar a conquista da neutralidade, o construcionismo social busca compreender como as escolhas interferem na construção do objeto e tenta se engajar em ampliar os modos de descrição destes. Todo procedimento metodológico deste artigo iniciou de entrevistas semiestruturadas, através de conversas com os moradores dos Conjuntos Habitacionais; o processo de construção dos sentidos do cotidiano, ocorre quando as pessoas narram suas subjetividades, em que se estabelece um encontro dialógico, entre pesquisador e pesquisado (MARRA; BRITO, 2011). A própria análise se estabelece a partir da construção de uma intangibilidade do conceito de (des)reterritorialização, do material e imaterial, dos fluxos molares e moleculares (Deleuze e Guattari, 2010), e das relações sociais (Foucault, 1979).

3. CIDADE E NÃO CIDADE

3.1 Do espaço geográfico ao território relacional.

As relações sociais materializam um espaço territorial que produz/reproduz a vida pela concretização das relações sociais, produzindo um espaço social. Neste plano está a vida cotidiana e os fluxos globais de produção, dominação, acumulação, e a concretização da produção do capital e da colonização da vida. O espaço serve à uma hegemonia sistemática, ligada a relações de produções que adentram no cotidiano espaço físico da vida social. Assim lança sobre a área controle da potência criadora por meio de forças de agentes sistêmicos à

um disciplinamento da vida. Como resultado são criados os espaços neocolonialistas (Lefebvre, 1973, p.97). A análise do espaço permite a compreensão da perspectiva do mundo contemporâneo.

O espaço é uma realidade relacional, envolvendo a natureza e a sociedade mediadas pelo trabalho (energia), técnicas, tecnologias e, evidentemente, pelo conhecimento. O espaço produzido pelas ações dos homens sobre o próprio espaço, o homem é o sujeito, as técnicas, a mediação e o espaço é um produto histórico. Segundo Saquet (2009) as articulações sociais, conflitos, cooperações, concorrências e coesões, construindo socialmente, resultados e condições do processo de territorialização em um campo de poder, de relações socioespaciais é o território. Segundo Saquet (2007) no território também se conjugam, concomitantemente, materialidades e imaterialidades, no tempo e no espaço, como sinalizam J. Gottmann, G. Dematteis, G. Deleuze e F. Guattari. O território significa (i)materialidade; não é apenas substrato (palco) ou formas espaciais, nem apenas relações sociais. As próprias relações sociais têm uma (i)materialidade; são objetivas e subjetivas ao mesmo tempo; são plurais e coexistentes, mudam e permanecem, na vida cotidiana. Há uma unidade concreto-abstrata no e do território que precisa ser abstraída. Segundo Deleuze e Guattari (2010), a unidade primitiva, selvagem, do desejo e da produção é a terra, o corpo pleno que se assenta sobre forças produtivas e delas se apropria como seu pressuposto natural ou divino. Máquina territorial primitiva, com seu motor imóvel, a terra, já é máquina social que codifica os fluxos de produção, os meios de produção, os produtores e consumidores: o corpo pleno da deusa Terra reúne sobre si as espécies cultiváveis, os instrumentos aratórios e os órgãos humanos (G. Deleuze, F. Guattari, 2010, p.188). Giuseppe Dematteis (1985), reconhece a complexidade dos problemas territoriais, inerentes à coexistência, no espaço, de fatos heterogêneos combinados territorialmente, e enaltece a atuação dos sujeitos sociais na organização do território.

O território [...] produto dos atores sociais. São esses atores que produzem o território, partindo da realidade inicial dada, que é o espaço. Há, portanto, um ‘processo’ do território, quando se manifestam todas as espécies de relações de poder (Raffestin, 1993, p.7-8). Nesta leitura de Foucault, relaciona-se o poder com as relações sociais existentes, nas empresas, nas ações do Estado, das instituições, em toda vida cotidiana. “O campo da relação é um campo de poder que organiza os elementos e as configurações” (Raffestin, 1993 /1980, p. 53). E são

essas relações que cristalizam o território e as territorialidades. Território é lugar das relações, logo é espaço de poder.

3.2 Formulação do espaço urbano

A sociedade se transforma em estado para garantir a posse e proteção dos recursos que possui e necessita, solo, água, alimentos. “A sociedade que consideramos, seja grande ou pequena, desejará sempre manter sobretudo a posse do território sobre o qual graças ao qual ela vive. Quando esta sociedade se organiza com esse objetivo, ela se transforma em um Estado” (Ratzel, 1990, p.72). As relações de poder extrapolam as atuações do Estado, envolvem todos os processos da vida cotidiana, como nas famílias, universidades, igrejas, lugar de trabalho entre outros. O território nessa multidimensionalidade do mundo assume diversos significados, conforme altera a compreensão das relações de poder. Segundo Correa (2013) a produção do espaço urbano não é resultado da mão invisível do mercado, nem de estado hegeliano, visto de uma relação abstrata de fora das relações sociais. É consequência da ação de agentes sociais concretos, dotados de interesses reais, estratégias e geradores de conflitos. Os agentes sociais da produção dos espaços na formação socioespacial capitalista, materializam os processos sociais na forma do ambiente que constroem.

A complexidade da ação dos agentes sociais inclui praticas que levam a um constante processo de reorganização espacial que se faz via incorporação de novas áreas ao espaço urbano, densificação do uso do solo, deterioração de certas áreas, renovação urbana relocação diferenciada da infra-estrutura e mudança coercitiva ou não, do conteúdo social e econômico de determinadas áreas da cidade (Correa, 2004, p. 11).

A ação dos agentes formadores de espaço urbano faz se dentro de um marco jurídico para regulação de suas atuações, em que segundo Correa (2004), este marco não é neutro, refletindo o interesse dominante de um dos agentes, e constituindo se em muitos casos, em uma retorica ambígua, que permite que haja transgressões de acordo com os interesses do agente dominante. Em que servem ao proposito dominante da sociedade capitalista, o da reprodução das relações de produção, implicando a continuidade do processo de acumulação e a tentativa de minimizar os conflitos de classes este aspecto cabendo particularmente ao Estado. Para isto o espaço urbano constitui-se como aponta Lefebvre (1976), um instrumento onde são viabilizados continuidade do capital financeiro na posse e controle do uso da terra

urbana. De acordo com Harvey (2012) o crescimento das cidades no mundo foi utilizado para manutenção do sistema capitalista, exemplificando a China, a construção e formulação de cidades em todo o país mandarin, uma explosão especulativa, com planos políticos de incentivos e subsídios para construções de moradias.

O espaço de uma grande cidade capitalista constitui se segundo Corrêa (2004), no conjunto de diferentes usos da terra justaposto entre si, complexos de conjuntos de usos da terra, é a organização espacial da cidade, ou simplesmente o espaço urbano, que aparece assim como espaço fragmentado, e simultaneamente articulado, cada uma de suas partes mantem relações espaciais com as demais, ainda que de intensidades muito variáveis. O espaço urbano capitalista, reflexo condicionante social, é um produto social, resultado de ações acumuladas através do tempo, e engendradas por agentes que produzem e consomem espaço. Observa Boito Jr. (p.25), que “[...] embora o poder não se dê apenas no Estado, os diversos centros de poder dependem efetivamente da ação legisladora e repressiva do Estado para poderem funcionar como tais.”. Segundo Corrêa (2013), a produção do espaço urbano não é resultado da mão invisível do mercado, nem de estado hegeliano, visto de uma relação abstrata de fora das relações sociais. É consequência da ação de agentes sociais concretos, dotados de interesses reais, estratégias e geradores de conflitos, portadores de contradições.

3.3 O que é Cidade

Para Foucault o indivíduo é produto relacional de poderes que se exercem sobre sua corporalidade, movimentos, forças desejos e multiplicidades. O conjunto de agentes transformadores de espaço, em um território, espaço relacional, exercendo o poder materializado na soberania política, o qual (Foucault, 1979, p. 174) traduz na cessão de um poder individual em benefício do soberano, seja de viés marxista, cujo é pautado no Estado, e a uma classe dominante que serve dele como instrumento de dominação burguesa e de reprodução capitalista, delimita uma cidade. Cidades são, por excelência, territórios privilegiados também de grupos que buscam efetivar estratégias territoriais que contribuam para melhorar a vida das populações, garantindo-lhes o exercício de cidadania, buscando efetivá-la como exercício consciente e efetivo de direitos e deveres, no âmbito social, com a participação consciente das pessoas (cidadãos) nas decisões indutoras de qualidade de vida e autonomia para os grupos sociais (Saquet e Flavio, 2015). Segundo Sposito (1988), a cidade

reúne qualitativa e quantitativamente as condições necessárias ao desenvolvimento do capitalismo, e por isso ocupa o papel de comando na divisão social do trabalho.

A cidade é o lugar onde se concentra a força de trabalho e os meios necessários à produção em larga escala, portanto é o lugar da gestão, das decisões que orientam o desenvolvimento do próprio modo de produção, comandando a divisão territorial do trabalho e articula a ligação entre as cidades da rede urbana e entre as cidades e o campo. Segundo Raquel Rolnik (1994, p.13) “a cidade é como um ímã”. Com um campo gravitacional pulsante que empodera do corpo, produzindo um espaço relacional no campo molar e molecular das múltiplas dimensionalidades urbanas. Castells (1977), afirma que a produção espacial como manifestação clara do capitalismo avançado, traduz-se em pelo menos três formas diferentes. Em primeiro lugar, é clara a existência de grandes unidades de produção e consumo. O resultado concreto é o aumento das áreas metropolitanas e a descentralização espacial das unidades produtivas, de consumo e de decisão no interior destes grandes aglomerados. Um segundo ponto a ser destacado é o da ampliação da massa de assalariados, acompanhada, segundo Castells, de uma "diversificação de níveis de hierarquização no próprio interior da categoria social". Em terceiro lugar, o capitalismo precisa de uma concentração do poder político, e cria condições para a formação de uma tecnocracia, apoiada na "competência" dos especialistas, que a nível das cidades produz uma planificação urbana sem particularismos. Segundo Deleuze e Guattari (2010), o capitalismo procede assim por uma axiomática, não por um código, nem por isso se deve acreditar que ele substitua o socius, a máquina social, por um conjunto de máquinas técnicas. A originalidade do capitalismo está antes no fato de que, nele a máquina social tem por peças, as máquinas técnicas como capital constante enganchado no corpo pleno do socius, e não mais os homens, devindos adjacentes às máquinas técnicas. A maneira pela qual ela preenche sua própria imanência, pela qual repele e amplia seus limites, impedindo a saturação do sistema, de inscrição, uma tecnocracia e uma burocracia que não se reduzem ao funcionamento de máquinas técnicas. As múltiplas esquizas ou fraturas, exigem toda uma regulação cujo principal órgão é o Estado. O qual segundo Deleuze e Guattari (2010, p. 334) o Estado capitalista é o regulador dos fluxos descodificados como tais, enquanto tomados na axiomática do capital, que já se encontrava e presença de fluxos descodificados ou em descodificação, que, sem dúvida, tornavam o Estado cada vez mais imanente e subordinado ao campo de forças efetivo.

3.4 Não cidade

O Estado capitalista está numa situação diferente ele é produzido pela conjunção dos fluxos descodificados ou desterritorializados e, se ele leva ao mais alto ponto o devir-imanente, é na medida em que ele ratifica a falência generalizada dos códigos e sobrecodificações, em que ele todo evolui nessa nova axiomática de conjunção, de natureza até então desconhecida. Assegura-lhe então apenas a regulação, regula ou mesmo organiza as falhas como condições de funcionamento, vigia, ou dirige os progressos da saturação e as correspondentes ampliações de limites. Nunca um Estado perdeu tanta potencia para colocar-se com tanta força à serviço do signo de potencia econômica (Deleuze e Guattari, 2010). Segundo Corrêa (2013), o estado não defende os interesses da grande parte da população, o marco jurídico não é neutro. O espaço urbano é articulado, desigual, montado, tem aspecto simbólico. De acordo com Sposito (1988), na economia capitalista, tudo se torna mercadoria até mesmo a terra. O preço do aluguel ou da compra do imóvel é determinado pelo fato de ser um bem indispensável à vida, de ser propriedade de alguns homens e não ser de outros, e de que nas cidades o seu valor se eleva pelo alto nível de concentração populacional e de atividades.

A segunda metade do século XX é marcada por uma urbanização acelerada nos países de economia dependente, e suas cidades manifestam todo tipo de problemas, relacionados ao "inchaço" populacional que vivem. Esta desordem urbana e todos os problemas dela decorrentes são conjunturais, e derivam de um crescimento populacional muito rápido dos grandes centros urbanos, isto porque o crescimento vegetativo seria alto, e a migração intensa. A “cidade imã” de Rolnik (1994, p.14) transformou o mundo e a forma de viver. No Brasil, o estudo da densidade demográfica, em termos gerais e também regionais, permite-nos facilmente observar a má distribuição da população pelo território nacional. De acordo com Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2014), o número de habitantes do país é de 202.768.562, a área territorial oficial de 8.515.767,049 km quadrados. A alta densidade demográfica é visível, principalmente nas regiões metropolitanas, o que dificulta o acesso à cidade.

De acordo com Sposito (1988, p. 72), apenas 36% da região metropolitana de Recife é servida de água encanada, e mais da metade da população vive em mocambos — áreas de

ocupação clandestina, genericamente denominadas favelas. Só 5% da população de Belém e 15% da de Fortaleza têm esgotos, e em São Paulo, a maior área industrial do país, este índice é de 33%. O índice de favelização em São Paulo é menor do que o do Rio de Janeiro (cerca de 10%), mas a proporção de pessoas que moram em cortiços é da ordem de 25%. Em Caracas (Venezuela) 30% das pessoas moram em favelas, e em Lima (Peru) esta proporção é de 75%. Nas calçadas de Bombaim (Índia) "moram" milhares de pessoas, que durante o dia têm que perambular pelas ruas, à espera da noite para procurar novo abrigo. Pela manhã, o caminhão da prefeitura passa para recolher os cadáveres. Da população que está em idade de trabalhar, apenas 45% está empregada em Recife.

De acordo com Mike Davis (2010, p.565), pode haver mais de 250 mil favelas na terra. Sozinhas, as cinco maiores metrópoles do sul da Ásia (Karachi, Mumbai, Déli, Kolkata e Dacca) somam cerca de 15 mil comunidades faveladas ainda maior sobre o litoral em urbanização da África ocidental, enquanto outras conurbações imensas de pobreza espalham-se pela Anatólia e pelas terras altas da Europa; abraçam a base dos Andes e do Himalaia; explodem para longe dos núcleos de arranha-céus da Cidade do México, de Jô-burg (Joanesburgo), Manla, e São Paulo; e claro, ladeiam as margens dos rios Amazonas, Níger, Congo, Nilo, Tigre, Ganges, Irrawaddy e Mekong.

O número de cidadãos que são forçados à submissão de regras e regulamentos das cidades são muito maiores que os que realmente exercem seus direitos a cidade. O olhar pelas ruas todos os dias com uma lente limpa, visualiza situações cotidianas que exemplificam a esta negação à vida. A colonização e cafetinação do sujeito pelo capital financeiro a uma tangente de desterritorialização, isto é (Deleuze e Guattari, 2010) o corpo do déspota, o capital-dinheiro são corpos plenos vestidos, como o corpo sem órgãos é um corpo pleno nu, o aprisionamento total de um corpo dócil que vive não mais no sensível, em devir, mas para o acúmulo de capital. Pessoas vão perdendo a subjetividade de cidadão, o paradigma da modernidade vai mostrando sua face, indivíduos "residem" em lugares que não são legitimados. Os valores sociais são potencialmente incompatíveis, o desenvolvimento acelerado das regiões metropolitanas se contradiz com a divisão de recursos materiais, a igualdade de pessoas e a solidariedade. Desde o início que se previra a possibilidade de virem a surgir excessos e défices, mas tanto uns como outros foram concebidos de forma reconstrutiva, os excessos foram considerados como desvios fortuitos e os défices como

deficiências temporárias, qualquer deles resolúvel através de uma maior e melhor utilização dos crescentes recursos materiais, intelectuais e institucionais da modernidade.

Segundo Haesbaert (2004, p. 99) a pretensão nova, a entrada e saída do território, (...) construímos um conceito de que gosto muito, o de desterritorialização, (...) precisamos às vezes inventar uma palavra bárbara para dar conta de uma noção com pretensão nova. A noção com pretensão nova é que não há território sem um vetor de saída do território, e não há saída de território, ou seja, desterritorialização, sem, ao mesmo tempo, um esforço para se reterritorializar uma outra parte. (Deleuze no vídeo “L’abécédaire de Gilles Deleuze”, filmado em 1988 por Claire Parnet.)

4. SEGREGAÇÃO URBANA E (DES)RETERRITORIALIZAÇÃO: A LÓGICA FINANCEIRA COMO CAPTURA

Quando a pobreza aguda da maioria da população urbana começou a ser reparada por reformadores sociais na Europa e na América do norte, no final do século XIX e início do século XX, os governos começaram a prover a assistência habitacional a pessoas e famílias, assim como ofertar casas por meio de políticas públicas. A habitação passou a ser um ativo integrado ao mercado financeiro globalizado, afetando profundamente o exercício do direito à moradia adequada pelo mundo. A propriedade imobiliária configurou uma das mais novas e poderosas expansões do capital financeiro, tornando locais que um dia foram favelas em pontos financeiramente estratégicos agregando alto valor monetário. Segundo Rolnick (2009), a cidade, enquanto local permanente de moradia e trabalho se implanta quando a produção gera um excedente, uma quantidade de produtos para além das necessidades de consumo imediato. A crença de que o mercado possa regular o espaço urbano para a habitação da população já virou folclore. Para que estes lugares façam parte de um cartão postal das cidades, e colaborem para uma extração de renda as políticas públicas abandonaram a importância social do direito à moradia, do direito a cidade. Ocorreu uma massiva expulsão das pessoas das regiões centrais, uma desterritorialização dos indivíduos ali presentes, destruindo qualquer forma de moradia. Para Harvey (2012) o espaço urbano é utilizado para que o excedente do capital, a mais valia, renove seu ciclo, transformando o espaço urbano em um espaço dialético, em que é produto, e simultaneamente produção, potencializando a solução do sistema capitalista.

A mudança na vida das pessoas que passam por uma desterritorialização é enorme, pode se fazer várias adaptações e vários planos públicos para se amenizar essa mudança, entretanto toda re-locação é altamente exploratória, a perda de seu espaço de vivência é uma perda de identidade. O abuso a vida é notório. Segundo Raquel Rolnik (2015) a base da economia capitalista é a exploração da força de trabalho da cooperação intrínseca à produção para delas extrair mais-valia, tal operação – que podemos chamar de “cafetagem” (Rolnik, 2018), para lhe dar um nome que diga mais precisamente a frequência de vibração de seus efeitos em nossos corpos – foi mudando de figura com as transfigurações do regime longo dos cinco séculos que nos separam de sua origem.

A noção de territorialidade só é ambígua aparentemente. Com efeito, se entendemos como um princípio de residência ou de repartição geográfica, é evidente que a máquina social primitiva não é territorial. Só o será aparelho de Estado que, segundo a fórmula de Engels, “subdivide não o povo, mas o território” e substitui a organização gentílica por uma organização geográfica. Porém, mesmo onde o parentesco aparece ter importância maior do que a terra, não é difícil mostrar a importância dos laços locais. É que a máquina primitiva subdivide o povo, mas o faz sobre uma terra indivisível onde se inscrevem as relações conectivas, disjuntivas e conjuntivas de cada segmento com os outros. Quando a divisão incide sobre a própria terra devido a uma organização administrativa, fundiária e residencial, não se pode ver nisso uma promoção da territorialidade, mas ao contrário, o efeito do primeiro grande movimento de desterritorialização sobre as comunidades primitivas. (Deleuze e Guattari, 2010, p. 194)

Toda desterritorialização gera uma nova territorialização sobre um espaço, uma nova territorialidade, com um novo movimento e novos espaços sociais. Espaço dialético, de agentes que inferem uma potência criadora de mudança física e social transformadoras. Para Saquet (2009) o tempo significa, nesta compreensão, um movimento contínuo. O tempo presente, passado e futuro indica processualidade e, também, simultaneidade, pois vivemos diferentes temporalidades e territorialidades, em unidade, em processo constante e concomitante de desterritorialização e reterritorialização que gera sempre *novas* territorialidades e *novos* territórios que contêm traços/características dos *velhos* territórios e territorialidades.

Segundo Lefebvre (2008) é impossível o direito a cidade para as periferias, sem a afirmação da centralidade. É a centralização que constitui a forma de urbanização, qual potencializa a vida urbana, torna o corpo pleno. O direito à cidade legitima a recusa de se deixar afastar da realidade urbana por uma organização discriminatória, segregadora: Esse direito do cidadão (...) anuncia a inevitável crise dos centros estabelecidos sobre a segregação e que estabelecem: centros de decisão, de riqueza, de poder, de informação, de conhecimento, que lançam para os espaços periféricos todos os que não participam dos privilégios políticos (Lefebvre, 2008, p.32). Boaventura de Souza Santos (2002) nomeia o conjunto de normas e regras que regem a gestão territorial das favelas, espaços periféricos, como um direito interno, não oficial e precário, aplicável à prevenção e resolução de conflitos ao seio da comunidade decorrente. Este direito não oficial, o direito de Passárgada, segundo Santos (2002), vigora em paralelo (ou conflito) com a legislação oficial, alimentado da duplicidade jurídica. Para a categoria política economia, é a troca desigual de juridicidade que reflete e produz a nível sócio jurídico, as relações de desigualdade entre as classes. Harvey (2012), retrata o crescimento urbano mundial na manutenção do sistema capitalista, gerando o aumento nas diferenças de classes sociais. Todos esses projetos de formulação urbana veem com uma movimentação das massas, a (des)reterritorialização, a (re)locação, as necessidades urbanas e sociais da população operam em conjunto com a assistência ao capital privado e a urbanização é moldada de acordo com critérios capitalistas.

A produção de novas estruturas e padrões ecológicos numa forma de cidade expandida tem importância para a forma como a produção, troca e o consumo estão organizados, para a forma como as relações sociais são estabelecidas, para a forma como o poder, financeiro e político é exercido e para a forma como é alcançada a integração espacial da ação social. (Harvey, 1996)

5 A MUDANÇA DA FORMA DE VIDA DAS PESSOAS

Os investimentos sociais podem ser ditos paranoicos ou esquizofrênicos, é na medida em que eles têm a paranoia e a esquizofrenia como produtos últimos nas condições determinadas do capitalismo. Segundo Deleuze e Guattari (2010), do ponto de vista de uma clínica universal, a paranoia e a esquizofrenia podem ser apresentadas como os dois bordos de amplitude de um pendulo que oscila em torno da posição de um socius como corpo pleno e,

no limite, de um corpo sem órgãos do qual uma face está ocupada pelos conjuntos molares, enquanto a outra está povoada de elementos moleculares. A grande linha chega ao corpo sem órgãos e aí, ou passa o muro e desemboca nos elementos moleculares onde ela devem na verdade o que já era desde o início, processo esquizofrênico, puro processo esquizofrênico de desterritorialização ou então, ela emperra, salta, recai nas territorialidades mais miseráveis do mundo moderno, ordenando-se como simulacros dos planos precedentes, de modo a grudar-se no conjunto asilar da paranoia e da esquizofrenia como entidades clínicas, nos conjuntos ou sociedades artificiais instaurados pela perversão no conjunto familiar das neuroses edipianas. Dirigimo-nos aos inconscientes que protestam. Procuramos aliados. Precisamos de aliados. E temos a impressão de que esses aliados já existem, de que não esperaram por nós, de que há muita gente que está farta, que pensa, sente e trabalha em direções análogas: nada a ver com a moda, mas com um “ar do tempo” mais profundo, no qual se fazem investigações convergentes em domínios muitos diversos. (Gilles Deleuze, 1972, p. 34). O corpo trabalha em uma potência esquizofrênica capitalista, a desterritorialização, a intenção que move o presente é perscrutar a modalidade atual do inconsciente colonial-cafetinístico introduzida pelo capitalismo financeirizado e neoliberal – a qual se define, insisto, pelo seqüestro dessa força no próprio nascedouro de seu impulso germinador de mundos. Impondo fronteiras, invisíveis, demarcações urbanas, realidade, vivenciada nas periferias, e arredores – onde não há – cidade; ricos e obras privadas nos centros; ninguém quer um conjunto habitacional na entrada da cidade. As “leis” que regem o mercado financeiro são exemplo de separadores sociais. Segundo a literatura econômica neoclássica, o impacto da legislação urbana no desenvolvimento dos mercados informais da terra, prevalece a análise que relaciona a difusão da informalidade com o alto nível de exigência dos padrões da regulação urbanística. Segundo Rolnik (2009), as normas de planejamento urbano têm sido um poderoso instrumento de discriminação desses grupos no espaço urbano europeu. Na Inglaterra, por exemplo, são as normas de planejamento e de proteção aos green belts (áreas aos redores das maiores cidades inglesas) que são evocados pela população não cigana das comunidades – e pelas autoridades – para impedir a presença desses grupos, como o caso de Dale Farm, no distrito de Basildon. Assentamentos construídos há décadas por comunidades ciganas, em cidades como Istambul ou Sófia, têm sido objeto de demolições para dar lugar a projetos de renovação urbana, com a relocação das comunidades para lugares muitas vezes distantes.

5.1 A cidade a partir da perspectiva dos Conjuntos Habitacionais

Os projetos de revitalização dos bairros, e formulação de moradias populares, são destacados na Lei denominada Estatuto da Cidade, qual estabelece normas de ordem pública e interesse social que regulam o uso da propriedade urbana em prol do bem coletivo, da segurança e do bem-estar dos cidadãos, bem como do equilíbrio ambiental. De acordo com cdhu.sp.gov.br, a CDHU (Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo) empresa do Governo Estadual, vinculada à Secretaria da Habitação, é o maior agente promotor de moradia popular no Brasil. Tem por finalidade executar programas habitacionais em todo o território do Estado, voltados para o atendimento exclusivo da população de baixa renda. Além de produzir moradias, a CDHU também intervém no desenvolvimento urbano das cidades, de acordo com as diretrizes da Secretaria da Habitação. O papel do processo urbano desempenhado na atual reestruturação radical da distribuição geográfica das atividades humanas e da dinâmica político-econômico do desenvolvimento geográfico desigual na atualidade tem vivido grandes transformações. Por um estudo do espaço relacional, nas transformações do territorial urbano, e suas territorialidades por meio da desterritorialização deleuzeana, no plano da imanência, do subconsciente esquisso capitalista foram efetuadas entrevistas, para coleta de dados da compreensão do eu social e do indivíduo (des)reterritorializado, com moradores do programa de habitação do estado de São Paulo, sem denominar o local ou região para não causar transtornos aos entrevistados.



Fonte: cdhu.gov.sp.br

A pura ignorância, por um corpo pleno, empoderado, escravo de um sistema de fluxos macros e micros, segundo Deleuze e Guattari (2010), a unidade imanente da terra como motor imóvel da lugar a uma unidade transcendente de natureza totalmente distinta, que é a unidade de Estado; o corpo pleno já não é o terra, mas o do Deposta, o Inengedrado, que se encarrega agora tanto da fertilidade do solo como da chuva do céu e da apropriação geral das forças produtivas. Visualizando o território urbano apenas no âmbito materialista, concreto e natural, sobretudo desafiando as definições de políticas públicas de Secchi (2010).

Moro a aproximadamente, na comunidade há seis meses, minha avó comprou o documento de posse da casa faz 1 ano. Pra mim “cidade” é disponibilidade de renda, uma facilidade da vida, em negociar, ter médico, essas coisas. Apesar que aqui não temos “postinho” de saúde nas redondezas [...] entendo como política pública os vereadores da cidade. Isso é política, ah e o prefeito [...]. (PEDRO, entrevista concedida em 2018).

Faz dois anos já que estou aqui nesta casa, desde que ficou pronto as casinhas aqui já vim morar né. Já estávamos na lista faz tempo. A “patroa” pressionava para comprarmos uma casa, desde que foi o casório no religioso.

Apesar que aqui não me sinto dono, dono mesmo. Nos nunca vimos documento nenhum, só temos um contrato com a empresa que fez a obra né. Nunca fomos no cartório tirar matrícula [...] pra mim cidade é a forma de eu ganhar dinheiro, fazer meu “pé de meia” e paga minhas contas [...] (VALÉRIO, entrevista concedida em 2018)

Até que ponto a omissão de um ator na formulação de uma política pública não afeta o processo de políticas públicas. A negligencia governamental em relação a um problema é considerado uma política pública, para Fernandes (2010, p. 43) “o governo que não toma uma atitude pública sobre determinado problema também faz política”. No contexto da fala do morador Pedro, a falta de uma unidade básica de saúde nas redondezas de um bairro é uma demonstração do despreparo do poder público local, que em um âmbito de governança Inter federativa, entre município e Estado, na formulação de políticas públicas de um planejamento urbano responsáveis por essa infraestrutura, prevê um desalinhamento dos agentes públicos.

No processo de formulação de espaços, nas relações de poder foucaultiana, das disputas de territórios abordados por Rolnik (2015), responsáveis da segregação residencial, das infraestruturas de centralizações urbanas em contradições dos espaços periféricos abordados, os moradores dos conjuntos habitacionais absorvem toda dinâmica da máquina territorial da extensão da psicanálise ao capitalismo. O qual segundo Deleuze e Guattari (2010), tem realmente por limite os fluxos descodificados da produção desejante, os quais ele não para de repelir ligando-os numa axiomática que toma o lugar dos códigos; o capitalismo é inseparável do movimento da desterritorialização, mas ele esconjura este movimento através de reterritorializações factícias e artificiais. Ele se constrói sobre as ruínas das representações: territorial e despótica, a mítica e a trágica. Marx resume tudo isto ao dizer que a essência subjetiva abstrata só é descoberta pelo capitalismo para ser novamente encadeada, alienada, é verdade que não mais como objetividade no elemento exterior e independente, mas no próprio elemento subjetivo da propriedade privada.

Enquanto eu estiver pagando a casa, está tudo bem. Pago R\$ 143,50 por mês de parcela, mas é por muitos anos. Muitas vezes acho que vou morrer e não ver documento [...] em relação a preço os comercio da região tem preços mais altos, mas infelizmente é o que tem, quando preciso de algo ou eu compro ou fico sem [...] (PEDRO, entrevista concebida em 2018).

Sabe gosto daqui, da tranquilidade, porem a distancia atrapalha. Não tenho costume de ir ao centro, compro tudo que necessito nos comércios da comunidade aqui mesmo, ao redor. Acredito que é tudo por um preço justo né [...], mas pago muito caro na parcela da “casinha” que nem tem

documento, só um papel com a empresa, pago R\$ 550,00, caro tão quanto um aluguel de uma casa. Não entendo muito, quando fiz meu cadastro a mulher que me atendeu pediu para que eu registrasse uma união estável com minha mulher, e assim comprovar o valor da nossa renda. Mas Deus abençoe que temos essa casa né [...] (VALÉRIO, entrevista concebida em 2018).

A tese da esquizoanálise é simples: o desejo é a máquina, síntese de máquinas, agenciamento maquinico – máquinas desejantes. O desejo é a ordem da produção; toda produção é ao mesmo tempo desejante e social. Portanto, censuramos a psicanálise por ter esmagado esta ordem da produção, por tê-la revertido a ordem representação. Longe de ser audácia da psicanálise, a ideia de representação, inconsciente marca, desde o início, sua falência ou sua renúncia: um inconsciente que não mais produz, mas que se limita a acreditar. (Deleuze e Guattari, 2010, p. 390).

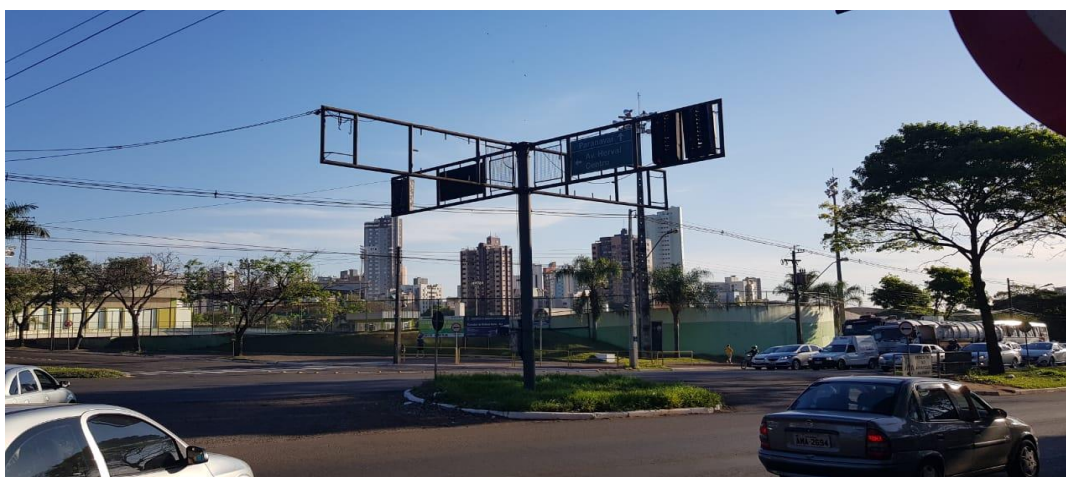


Fonte: Arquivo do autor

A renda familiar utilizada como métrica para formulação dos contratos de pagamentos entre a construtora e os moradores, houve uma padronização no discurso de todos os moradores entrevistados sobre as condições das moradias dentro dos conjuntos habitacionais, a precariedade das estruturas, da localização, das infraestruturas urbanas, reproduz a força dos fluxos capitalistas, de um espaço social relacional urbano. Os espaços periféricos urbanos, quando comparados aos centros urbanos, apresentam contrastes.



Demonstrando a cidade como um agente ativo, transformada em produto, coisa; a urbanização, a qual espera ser potência no processo de transformação social dentro do espaço, é presença de ampla gama de diferentes atores que interagem através de uma configuração específica de práticas espaciais interligadas, voltadas para a subjetividade capitalística (Rolnik e Guattari, 1996)



6 A COLONIZAÇÃO DO MERCADO IMOBILIÁRIO FINANCEIRO

De acordo com Marx, “se a terra estivesse [...] à livre disposição de todos, então estaria faltando um elemento principal para a formação do capital. [...] Assim a ‘produção’ do trabalho não remunerado de outra pessoa se tornaria impossível e isso poria um fim definitivo à produção capitalista”. Partindo de uma visão marxista do materialismo dialético do espaço de produção, Rolnik (2015), destaca o capitalismo em situações, que a propriedade privada da terra não existe, dando os passos ativos para criá-la e, desse modo, garantir a produção do trabalho assalariado. Dessa forma a barreira exigida entre o trabalho e a terra é socialmente necessária para a perpetuação do capitalismo. Mas ao criar uma barreira ao trabalho, o capital também cria barreiras para si mesmo, na medida de em que o proprietário de terras capturada

parte da renda produzida através do processo de extração de mais-valor. Se, de um lado, a terra pré-elaborada e transformada em campo aberto para a operação do capital, de outro seu “cercamento” e transformação em mercadorias introduzem a renda fundiária e seus exploradores como agentes ativos no processo de competição. Marx define assim esse processo “a renda, em vez de ligar o homem a Natureza, simplesmente vincula a exploração da terra á competição”. Rolnik (20015, apud. Planyi), “separar a terra dos homens e organizar a sociedade com finalidade de satisfazer as exigências de um mercado imobiliário são elementos vitais da concepção utópica de uma economia de mercado”. Segundo Harvey (1996), a paisagem física e social da urbanização é moldada de acordo com critérios capitalistas distintos, são colocadas limitações no futuro caminho do desenvolvimento capitalista. Isto implica em que, apesar dos processos urbanos no capitalismo serem moldados pela lógica da circulação e da acumulação do capital, estes últimos, por sua vez, moldam as condições e circunstancias da acumulação do capital em pontos subsequentes no tempo e no espaço.

Pensar não é nem um fio estendido entre um sujeito e um objeto, nem uma revolução de um em torno do outro. Pensar se faz antes na relação entre o território e a terra. Nas relações de desterritorialização. O território urbano está em constante processo de desterritorialização, surgindo novas territorialidades, por meio de reterritorializações, como nos programas de habitação dos conjuntos habitacionais. Espaço dialético, de produção, inseparáveis da terra, produto de um capital que age na captura do sujeito social esquizofrênico. Que vivência tais comunidade, onde jamais ocupam o corpo da sociedade como um todo, pois ele se faz e se refaz no inexorável embate entre diferentes tipos de forças.

“De todo modo você tem um (ou vários) não porque ele pré-existia ou seja dado inteiramente feito – se bem que sob certos aspectos ele pré-existia – mas de todo modo você faz um, não pode desejar sem fazê-lo – e ele espera por você, é um exercício, uma experimentação inevitável, já feito no momento em que você a empreende, não ainda efetuada se você não a começou. Não é tranquilizador, porque você pode falhar. Ou as vezes pode ser aterrorizante, conduzi-lo a morte. Ele é não-desejo, mas também desejo. Não é uma noção, um conceito, mas antes uma pratica, um conjunto de praticas. Ao Corpo sem Órgãos não se pode chegar, nunca se acaba de chegar a ele, é um limite. Diz-se: o que é isto – Corpo sem Órgãos – mas já se está sobre ele – arrastando-se como um verme, tateando como um cego ou

correndo como um louco, viajante do deserto e nômade da estepe. É sobre ele que dormimos, velamos, que lutamos, lutamos e somos vencidos, que procuramos nosso lugar, que descobrimos nossas felicidades inauditas e nossas quedas fabulosas, que penetramos e somos penetrados, que amamos.” (Gilles Deleuze e Félix Guattari. Mil Platôs Vol. 3).

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo buscou trazer questionamentos sobre a produção da cidade na dimensão do processo de (des)reterritorialização acionado pela força intencional da financeirização do território. Questionando os programas de habitações de políticas públicas desenvolvidas pelo governo, na ativação dos pensamentos para o sentido da vida em sua potência criadora, do devir.

Para tanto é preciso considerar o território, suas territorialidades, e reterritorialidades, por meio das transformações, nas desterritorializações. A terra não cessa de operar um movimento de desterritorialização, pelo qual ultrapassa todo território: ela é desterritorializante e desterritorializada. Ela se confunde com o movimento daqueles que deixam em massa seu território. A terra não é um elemento entre os outros, ela reúne todos os elementos num mesmo abraço, mas se serve de um ou de outro para desterritorializar o território. Os movimentos de desterritorialização não são separáveis do território, e os processos de reterritorialização não são separáveis da terra. (Deleuze e Guattari, 1992). Segundo Rolnik (2015), partindo do princípio de que a potência vital pertence a quem trabalha, é precisamente a experiência de sua relativa autonomia que gera condições favoráveis para sua reapropriação. É preciso resistir no próprio campo da política de produção da subjetividade e do desejo dominante no regime em sua versão contemporânea – isto é, dominante em nós mesmos – o que não cai do céu, nem se encontra pronto em alguma terra prometida. Ao contrário, esse é um território que tem que ser incansavelmente conquistado e construído em cada existência humana que compõe uma sociedade, o que intrinsecamente inclui seu universo relacional.

Os diferentes espaços sofrendo territorialização, e desterritorialização por diferentes agentes formadores, guiados por uma lógica capitalista, agrupados em regiões determinadas formam as cidades. As cidades têm frequentemente sido definidas como territoriais, operando em uma desterritorialização, que justapõe para os territórios periféricos, remetendo os

territórios a uma extensão geométrica prolongável em circuitos comerciais. A cidade, segundo Deleuze e Guattari (1992), remete a um circuito da desterritorialização, da imanência.

A falta de consciência do indivíduo perante a alienação do corpo ao sistema impõe território. Apenas no enfrentamento dos circuitos da vida, da desterritorialização, voltada para a potência máxima criadora do devir, da consciência esquizofrênica, caminhará para um corpo pleno, sem órgãos. Porém até onde é despreparo dos atores no âmbito das políticas públicas e das formulações de espaços urbanos, e onde ultrapassa o limite do interesse do capital neoliberal.

REFERÊNCIAS

- AMBROZIO, Julio. O conceito de território como campo de poder microfísico. **Revista de Geografia**, v. 3, n. 2, p. 1-10, 2013
- CARLOS, A. F. A. Diferenciação socioespacial. **Cidades**, v. 4, n. 6, 2007.
- CASTELLS, Manuel. **A questão urbana**. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1983.
- CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço urbano**. São Paulo: Ática, 2004.
- CORRÊA, Roberto Lobato. Sobre agentes sociais, escala e produção do espaço: um texto para discussão, In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; SOUZA, Marceo Lopes de; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (Orgs). **A produção do espaço urbano: agentes e processos; escalas e desafios**, São Paulo: Contes e desafios, São Paulo: Contexto, 2013.
- DELEUZE, Gilles, GUATTARI, Felix. Mil Platôs, capitalismo e esquizofrenia Vol. 1 1995.
- DELEUZE, Gilles, GUATTARI, Felix. Mil Platôs, capitalismo e esquizofrenia Vol. 3 1999.
- DELEUZE, Gilles, GUATTARI, Felix. O Anti-Édipo. O capitalismo e esquizofrenia. 2010.
- DELEUZE, Gilles, GUATTARI, Felix. O que é a Filosofia, 1992.
- DELEUZE, Gilles. **Conversações**. ed. 34, São Paulo: 1992.
- DEMATTEIS, G. **Le metafore della terra**. La geografia umana tra mito e scienza. Milano: Feltrinelli, 1985.
- FOUCAULT, M. **Vigiar e punir**. Petrópolis: Vozes, 2002.
- FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.
- GOLDMAN, Michael. Speculative and Urbanism and the Making of the Next World City, **International Journal of Urban and Regional Research**, 2010.

- GUATTARI, Felix; ROLNIK, Suely; **Cartografias do Desejo**, ed. 4, Petrópolis, 1996.
- HAESBERT. R. **O mito da Desterritorialização**, Rio de Janeiro, 2004.
- HARVEY, David. **Lutas Sociais**, São Paulo, n.29, p.73-89, jul./dez. 2012.
- HARVEY, David. **Direito a Cidade**, São Paulo, 2015.
- HARVEY, David. Do gerenciamento ao empresariamento: a transformação da administração urbana no capitalismo tardio. **Espaço & Debates**, n. 39, 1996, p. 48-64.
- LEFEBVRE, Henri. **Espaço e política**, Belo Horizonte: Ed. Da UFMG, 2008, p. 36-57.
- LEFEBVRE, Henri. **La production de l'espace**. 4 ed. Paris: Editions Anthropos, 2000, p. 3-70.
- MAPA DE CULTURA. Disponível: <http://mapadecultura.rj.gov.br/manchete/museu-de-favela-2> (acesso em 08/10/2019).
- RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do Poder**, São Paulo: Atica, 1993, p. 143-163.
- ROLNIK, Raquel. **A Colonização da terra e a Guerra dos Lugares**, São Paulo. BoiTempo, 2015.
- ROLNIK, Raquel. **O que é cidade**, São Paulo, 2009.
- ROLNIK, Suely. **Esferas da Insurreição, notas para uma vida cafetinada**. São Paulo, 2018.
- SANTOS, Boaventura De Souza. **A crítica da razão indolente**. Contra o desperdício da experiência. 4ª Edição São Paulo, 2002.
- SANTOS, Milton. **O espaço do cidadão**. São Paulo: Nobel, 1993.
- SÃO PAULO. Disponível em: <http://www.cdhu.sp.gov.br/> (acesso em 08/10/2019).
- SAQUET, Marcos A. As diferentes abordagens do território e a apreensão do movimento da (i)materialidade. **Geosul**, Florianópolis, v. 22, n. 43, p. 55-76, 2007.
- SAQUET, Marcos A.; FLAVIO, Luiz Carlos. Contribuições para o planejamento e a gestão urbana: a experiência do projeto vida no bairro – Francisco Beltrão (PR). Guaju – **Revista Brasileira de Desenvolvimento Territorial Sustentável**, Matinhos, v. 1, n. 1, p. 123- 141, jan./jun. 2015.
- SECCHI, Leonardo. **Políticas Públicas**, Florianópolis, 2010.
- SILVA, Beatriz Fleury e. A recente produção imobiliária no aglomerado metropolitano Paçandu-Maringá-Sarandi: novos arranjos, velha lógica. 2015. **Tese** (Doutorado em Habitat) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015. doi:10.11606/T.16.2015.tde-03102015-100011. Acesso em: 2019-10-08.

III Encontro Internacional de Gestão, Desenvolvimento e Inovação

10 a 13 de setembro de 2019 | Naviraí - MS



SINGER, Paul. **Economia Política da urbanização**. Brasiliense e CEBRAP, São Paulo, 1977 (destaque para a introdução).

SOUZA E VILELA, Laura; WEBSTER-CORRADI, M. Clarissa; MOSCHETA, Murilo; GUANAES-LORENZI, Carla; **Construcionismo Social**: discurso, prática e produção do conhecimento. Ed. Noos, 1999.

SPINIK, Peter Kevin; **Pesquisa de Campo em Psicologia Social**: uma perspectiva pós-construcionista, EASP FGV, São Paulo, SP, 2003.